

Brizola quer ser candidato atacando o parlamentarismo

Janio de Freitas

Ninguém sabe o que dará

O otimismo dos presidencialistas com a ideia de que o mandato de quatro anos pode ser irreversível, mas o presidencialismo derrubará o parlamentarismo no plenário da Constituinte, desconsidera uma evidência incontestável e outras pelos menos discutíveis.

A primeira consiste em que é de uns quatrocentos, em 559, o número de membros do plenário que tiveram presença apenas esporádica na Constituinte até aqui. Calcula-se que seja de uns sessenta o grupo dos que, não integrando os 93 da Comissão de Sistematização, acompanharam mesmo os seus trabalhos, alguns até com participação importante na formulação de acordos e nas opções das bancadas. Exceções os sistematizadores e os participantes voluntários da Sistematização, das restantes quatro centenas, ou uns 70% da Constituinte, ninguém sabe que maiores traços fazem o seu perfil de conjunto.

As indicações ideológicas individuais devem ter permanecido as mesmas do início da Constituinte, mas já na Sistematização verificou-se um emaranhado de variações que o plenário, mais do que reproduzir, promete mesmo ampliar. Afinal, a densidade média da Comissão, composta por escolhidos das lideranças, esteve muito acima do que pode ser a do plenário. E, fator ainda mais significativo no caso de sistema de governo, a opção por presidencialismo ou parlamentarismo tem pouco ou nada a ver, como está posta a questão, com posições ideológicas, havendo conservadores e modernizantes em ambas as correntes.

Entre as evidências discutíveis, observa-se que os poucos presentes à Constituinte passaram a maior parte dos últimos tempos nos seus territórios de origem. Ou, como dizem os políticos, "junto às bases". A menos

que haja algum lugar excepcional e desconhecido, nestes meses não ter testemunhado o impetuoso desejo de transformações que se irradia pelo país, em alguns setores já destemperado pela irritação. E em que dose este desejo alcançou também, em sua transferência para os parlamentares, a mudança de sistema de governo, isto não há ainda quem possa responder.

Há certa confusão, além do mais, quanto à época em que o plenário decidirá o sistema de governo. Está sendo comum a confusão entre as modificações no Regimento da Constituinte, que se vão processar nestes dias para permitir a apresentação de emendas do plenário ao projeto feito na Sistematização, o apressamento da decisão sobre o sistema de governo. Este, porém, só será votado lá pelo final dos trabalhos, o que competentes constituintes estimam que só ocorra em janeiro e talvez mesmo fevereiro.

Diante disto, observa-se que, se não for unânime, anda perto disto a convicção de que o estado da economia terá sua influência na votação do sistema de governo. Se o governo Sarney não trair sua característica desadministrativa, o que enfim seria o primeiro milagre brasileiro de verdade, também sob este aspecto não dá para prever as influências gerais sobre a decisão final, na Constituinte, do sistema de governo. Até lá, quem é presidencialista poderá estar furiosamente parlamentarista, assim como o milagre produziria o inverso.

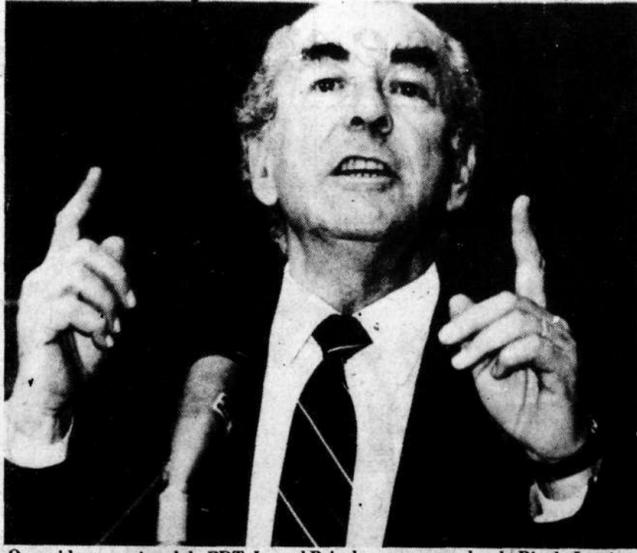
A conveniência dos candidatos a presidente está conquistando muito espaço no noticiário para o presidencialismo. Mas está por provar a mesma conquista na Constituinte. Por ora, ninguém sabe o que dará, até porque muitos nem sabem para onde vão.

Da Sucursal de Porto Alegre

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, 65, afirmou ontem, em Porto Alegre (RS), que se o Congresso constituinte aprovar o parlamentarismo, ele, como candidato à presidência, quer "ser instrumento do povo brasileiro para derrubar esta impostura", disse referindo-se ao sistema parlamentar. "A minha eleição é a derrogação deste regime", acrescentou Brizola, sem explicar como derrubará o parlamentarismo, que pelo projeto da Comissão de Sistematização seria implantado em 15 de março de 1988, sem ser passível de revogação nos próximos cinco anos.

Brizola criticou este dispositivo constitucional, expresso no artigo 2º das disposições transitórias, no título 9º: "É muito pior que qualquer ato institucional da ditadura. É uma imposição monstruosa ao povo brasileiro, que temos de derrogar. Como será não sei". Para ele, "há um direito pré-existente à Constituinte: o direito do povo democratizar o país através do voto direto, mas o regime presidencialista, como estava implícito na campanha das diretas".

O ex-governador do Rio disse que a pesquisa da Folha, apontando seu nome como o mais citado para a Presidência da República, o deixava "confortado pelo fato de que em todo o Brasil há pessoas achando que eu posso ser um instrumento de solução para a crise". Disse ter ficado igualmente "muito confortado" com os índices que obteve em São Paulo



O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, ex-governador do Rio de Janeiro

(3 por cento, quando a pesquisa apresentou os nomes dos candidatos e 1 por cento quando a resposta foi aberta. "Parti com menos na eleição ao governo do Rio. Se houver uma discussão ampla (na campanha), o povo de São Paulo vai se elucidar".

Brizola faz hoje, ao meio-dia, palestra a empresários na Federação

das Indústrias do Rio Grande do Sul. O presidente do PDT disse que há possibilidades de o seu partido fazer uma coligação com o PT na eleição à presidência. "Os dois partidos demonstraram ter afinidades nos trabalhos da Constituinte. O certo é que não faremos coligação com o PMDB", afirmou Brizola.

Com Jango, foi contra esse sistema em 1961

Da Redação da Folha

Com a declaração dada ontem em Porto Alegre de que sua "eleição é a derrogação deste regime (parlamentarismo)", o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, repete uma posição já tomada na crise da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, quando os ministros militares resolveram adotar o sistema parlamentarista.

Nesta ocasião, e diante da tentativa dos ministros militares de impedirem a posse do vice João Goulart, Brizola, então governador do Rio Grande do Sul articulou uma campanha pela "legalidade" — que visava garantir a posse de Goulart, conforme ditava a Constituição da época. Sua atitude foi apoiada até pelo comandante do 3º Exército, José Machado Lopes.

Os ministros militares acabaram cedendo em relação à posse de Goulart, mas ao mesmo tempo decidiram adotar um sistema parlamentarista de governo, para reduzir os poderes presidenciais.

Foi neste momento que Brizola posicionou-se contra este sistema de governo, uma vez que considerava que João Goulart tinha condições de assumir a presidência, sem concessões e o parlamentarismo era uma violação da Constituição.

Candidatos podem enfrentar prévia

Da Sucursal de Brasília

Os dois maiores partidos do país, o PMDB e o PFL, poderão realizar prévias eleitorais internas para a escolha dos respectivos candidatos à Presidência da República, caso prevaleça o sistema de governo presidencialista, ou o parlamentarismo a ser implantado gradualmente a partir do próximo presidente. No PFL a prévia é assunto decidido, porque foi uma exigência do candidato consensual do partido, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

No PMDB, a ideia surgiu como contrapartida à articulação promovida por alguns governadores em torno do nome do governador paulista Orestes Quércia, e está sendo defendida pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

A prévia, ou primária, representaria a única forma de um candidato como o senador Mário Covas (SP) impor-se a Quércia dentro do partido, já que se a decisão couber exclusivamente a uma convenção nacional do partido, o governador é tido como virtualmente imbatível. Formalmente, no entanto, ninguém admite a própria candidatura



O ministro Aureliano Chaves



O senador Mário Covas

dentro do PMDB, à exceção do ex-governador Franco Montoro.

"É cedo para falar em candidaturas. Antes disso temos que definir programas de governo, saber quais são as regras do jogo, se teremos parlamentarismo ou presidencialismo, enfim, não é momento para se

discutir o assunto", afirma o senador Mário Covas, repetindo, na essência, tudo o que dizem os demais candidatos. Para o senador paulista, sempre apontado como candidato a presidente por um futuro novo partido, formado a partir de dissidências do PMDB e do PFL, por enquanto

Retaliação de Sarney pode atingir presidente do BNDES

ROBERTO LOPES
Do Reportagem Local

A cúpula do PMDB da Bahia está informada de que o governo prepara a demissão do presidente do BNDES, Márcio Fortes, e de toda a sua diretoria, como retaliação ao apoio dado pelo governador fluminense Moreira Franco, ao encurtamento do mandato do presidente José Sarney para quatro anos, decidido há dez dias pela Comissão de Sistematização da Constituinte. No princípio da noite de ontem, um assessor do ministro do Planejamento (ministério ao qual o BNDES está ligado) negou a informação.

A mudança na direção do BNDES atingiria o PMDB baiano, porque um dos diretores do banco, o economista Rômulo de Almeida, é amigo pessoal do governador da Bahia, Waldir Pires — que articulou ostensivamente o mandato de quatro anos para Sarney. Semana passada o governador dissuadiu o presidente do BNDES de uma viagem à Bahia, com medo de que sua visita ao Estado pudesse ser usada para apressar a revanche do governo. Para Waldir Pires, por trás da articulação que visa substituir Márcio Fortes e seus colaboradores, está o ministro das Comunicações — e seu arquiinimigo político, Antônio Carlos Magalhães.

Tênis em Itaparica

Fortes marcara para a última semana uma reunião em Salvador (BA), depois da qual ele seguiria para a ilha de Itaparica, no litoral baiano, onde assistiria os jogos de abertura (marcados para ontem) do Sul América Open, o mais importante torneio de tênis da América do Sul. Waldir Pires disse, então, a Rômulo de Almeida, que não achava conveniente a presença de Fortes na Bahia. Quinta-feira passada o presidente do BNDES telefonou para o governador da Bahia e agradeceu sua compreensão, informando que já mandara desmarcar o compromisso de trabalho na capital baiana, e cancelar as reservas que havia feito no Club Mediterranée, onde vai se realizar o campeonato de tênis.

Um assessor de Márcio Fortes deu à Folha versão ligeiramente diferente. Ele confirmou que o presidente do BNDES cancelou sua viagem à Bahia temendo a represália do governo, mas disse que foi Waldir Pires quem ligou para Fortes e insistiu com ele nesse sentido. De acordo com essa versão, Márcio Fortes teria se mostrado disposto a desafiar a disposição do governo em retaliar, mas terminou dissuadido por Waldir Pires. O mesmo assessor afirmou que a pressão mais séria para demitir o presidente do BNDES aconteceu em Brasília no meio da semana passada, e que na última sexta-feira colaboradores diretos de Márcio Fortes consideravam o episódio superado. Ontem à tarde, contudo, um político importante do PMDB baiano disse à Folha ter recebido de um ministro peemedebista, a informação de que Márcio Fortes não duraria muito no governo.

Dias atrás, em meio aos rumores da mudança no BNDES, assessores da presidência do banco anotaram sinais de que o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, cobiciava o direito de indicar um eventual substituto para Fortes. Cardoso ficou irritado no princípio do ano, quando descobriu que a pessoa que indicaria para formar na diretoria do BNDES, Jairo José Isaac, recebera um modesto cargo de diretor de Relações Institucionais — uma espécie de diretor de relações públicas. O governador de Minas reclamou asperamente com o presidente do BNDES, e Jairo foi, então, deslocado para a chamada AP-3, uma diretoria que trata de agentes financeiros e de crédito para pequenas e médias empresas — lugar até ali ocupado por Cláudio Peçanha, filho do ex-deputado (ex-líder do PTB no governo passado) Celso Peçanha.

Na atual crise política, Márcio Fortes opera com a desvantagem de ter perdido o apoio do editor, poeta e agora senador (pelo PFL piauiense) Alvaro Pacheco, um amigo íntimo do presidente José Sarney. Pacheco era suplente do senador Hugo Napoleão, e assumiu uma vaga no Senado, quando Napoleão foi nomeado ministro da Educação, há cerca de vinte dias. Foi Pacheco que, a pedido de Moreira Franco, instou o presidente da República a nomear Fortes para o BNDES. No meio do ano, contudo, os dois se desentenderam. O motivo foi a demissão feita por Márcio Fortes de um amigo do senador, que era presidente da Aracruz Celulose — uma bem sucedida companhia de papel e celulose.

Fortes nomeou o ex-presidente do Banco Central Francisco Gros para dirigir a Aracruz, e aí atraiu também a indignação do senador Gerson Camata (PMDB-ES), 46, de centro (segundo levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos"). A Aracruz está sediada no Espírito Santo e Camata, ex-governador do Estado, julgava que o PMDB capixaba devia ter a primazia de indicar o presidente da companhia. Camata apoiou decididamente a demissão de Márcio Fortes, e Alvaro Pacheco dá sinais de que sua decepção com o presidente do BNDES não é, ainda, coisa do passado.

Em conversas reservadas, o senador piauiense comenta que Gros "ainda não passou quinze dias corridos na Aracruz, tantas têm sido as viagens dele ao exterior". Pacheco se mostra informado de que Gros já fez três viagens desde que assumiu a Aracruz: uma a Nova York, outra a Londres, e uma terceira também à Europa. Alvaro Pacheco mantém seu relacionamento com o governador do Rio, mas está decepcionado com ele. A amigos, Pacheco diz que Moreira Franco deve a Sarney sua indicação para concorrer à governança do Rio pelo PMDB fluminense, e que não entende como o governador pode, agora, retirar seu apoio ao presidente da República.

Para Arraes, a saída da crise está na Economia

Da Sucursal de Recife

O governador de Pernambuco Miguel Arraes afirmou ontem em Recife que "devemos encontrar um entendimento para que possamos sair da crise, com uma solução negociada", salientando que essa solução negociada proposta por ele visa muito mais a solução de problemas econômicos do que institucionais. "Estamos numa encruzilhada, precisamos definir questões concretas da economia", disse.

Arraes comentou também seu encontro na noite de sexta-feira, em São Paulo, com os empresários Mário Amato, presidente da Fiesp; Cláudio Bardeia, José Mindlin e Fábio Meireles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, considerando-o "bastante satisfatório". Na reunião, Arraes ponderou a necessidade de se preservar na futura Constituição os avanços sociais conseguidos e defendeu a necessidade de "instrumentos que defendam o trabalhador."

Maciel procura acordo para manter o presidencialismo

Da Sucursal de Brasília

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, vai tomar a iniciativa de procurar as demais lideranças partidárias em busca de um acordo que garanta o sistema presidencialista de governo, com eleições gerais no ano que vem. A cúpula do PFL acredita que, se a candidatura do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ganhar fôlego, os parlamentaristas do PFL poderão passar a defender o presidencialismo, com as exceções do senador Afonso Arinos e da deputada Sandra Cavalcanti, ambos do Rio.

O PFL tentará, se for inevitável o parlamentarismo, tornar a sua implantação o mais gradual possível, de modo que o próximo presidente seja o responsável por mais esta transição.

Segundo o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), o partido apresentará uma emenda presidencialista, ao projeto do novo texto constitucional, no plenário do Congresso constituinte, dentro da tese do senador Marco Maciel de fortalecer o

Legislativo e o Judiciário, transformando-os em poderes equivalentes ao Executivo.

"Esperteza do Sarney"

Se a aprovação das eleições presidenciais em 1988 na Comissão de Sistematização reforçou a tese presidencialista, não se pôde o parlamentarismo, na opinião dos senadores Mário Covas (PMDB-SP) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). "Trata-se de uma esperteza do Sarney. Ele acha que, afirmando isso, que o parlamentarismo morreu por causa da eleição do ano que vem, vai conseguir reverter para cinco anos os votos dos parlamentaristas que defendem os quatro anos (de mandato)", disse Cardoso.

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE) acredita que a questão do sistema de governo só será definida através de um "acordão". "Se não for assim, teremos o impasse. Ninguém conseguirá 280 votos para aprovar nada neste sentido", diz Expedito.

Richa critica as candidaturas e defende o 'pacto'

Da Reportagem Local

O lançamento de candidaturas à Presidência da República é, neste momento, um gesto prematuro, afirmou ontem o senador José Richa (PMDB-PR), ao visitar a sede da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), à avenida Paulista, centro da Capital. A deflagração da disputa presidencial não serve, atualmente, ao processo de transição que o país vive, e não deveria ser feita antes da formulação pelos partidos de um "pacto político", uma estratégia que possa assegurar a posse de um governo apoiado pela maioria do Congresso e com autoridade para aplicar um programa de austeridade. A situação é de tal gravidade — afirmou o senador — que uma possível alternativa a este pacto seria o aprofundamento incontrolável da crise, até o extremo de uma revolução.

O senador disse também ser "irreversível" a aprovação pelo plenário do Congresso constituinte do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e afirmou acreditar na aprovação do parlamentarismo (sistema de governo do qual é defensor intransigente). Sem entrar em maiores detalhes, Richa disse estar sofrendo retaliações por parte de Sarney em função das articulações das quais participou para fazer aprovar o mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização.

Richa chegou à sede da Fiesp às 17h40, para participar, como convidado, de uma homenagem ao ex-prefeito de São Paulo, José Vicente de Faria Lima (falecido a 4 de setembro de 1969), "de quem eu era amigo pessoal". Reunira-se no início da tarde com o governador Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes.

Richa condenou aprovação da garantia de estabilidade no emprego pela Sistematização. A estabilidade, segundo afirmou, "não interessa nem aos trabalhadores nem aos empresários".